

CAPÍTULO VIII

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Renata Carvalho de Oliveira

Nutricionista, Mestre e Doutora em Nutrição, Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Joinville/SC.

Gabriella Bettiol Feltrin

Nutricionista, Mestre em Nutrição, Coordenadora de Curso de Nutrição, Centro Universitário Católica de Santa Catarina, Joinville/SC.

Larissa Giovanna Miranda

Nutricionista, Social Media do Instituto Ana Paula Pujol, Balneário Camboriú - SC.

RESUMO

A pandemia do COVID-19 representou um dos maiores desafios sanitários e suas medidas de enfrentamento, associadas às desigualdades sociais agravaram a insegurança alimentar e nutricional na população. Este estudo teve como objetivo trazer uma reflexão sobre a insegurança alimentar e nutricional brasileira no contexto da pandemia do COVID-19. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa que incluiu trabalhos originais e de revisão de literatura, publicados em português e inglês, estudos disponíveis na íntegra e trabalhos acadêmicos com informações referentes à temática de interesse, selecionados a partir dos descritores: Covid, coronavírus, SARS-CoV-2, insegurança alimentar, crise alimentar, fome. Os achados foram apresentados em três seções: Insegurança Alimentar e Nutricional; Insegurança Alimentar e Nutricional na Pandemia do COVID-19; Estratégias para mitigar a Insegurança Alimentar e Nutricional no contexto da Pandemia do COVID-19. Observou-se que a crise sanitária agravou a situação de miséria, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil, principalmente para as pessoas que vivem em vulnerabilidade social, sendo a insegurança alimentar associada a fatores que antecedem a pandemia, além da crise política e econômica e do enfraquecimento de programas e políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano a alimentação adequada. Dentre

as estratégias para mitigar a insegurança, destacaram-se iniciativas da sociedade civil e governamentais relacionadas ao acesso à renda e a disponibilidade, distribuição e acesso aos alimentos, mas que não foram suficientes para combater a fome. Faz-se necessário priorizar uma agenda de segurança alimentar e nutricional no Brasil, por meio do fortalecimento e expansão de programas e políticas públicas não somente em momentos como os vivenciados na pandemia do COVID-19, mas em toda a gestão pública, garantindo assim o direito constitucional à alimentação adequada e promovendo a segurança alimentar e nutricional no país.

Palavras-chave: SARS-CoV-2. Segurança alimentar e nutricional. Consumo alimentar. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou ao mundo a respeito de uma enfermidade respiratória que teve início em meados de dezembro de 2019 na China. Esta doença passou a se disseminar rapidamente fazendo com que a OMS qualificasse este surto como pandemia (BRASIL, 2020).

Assim, a pandemia do COVID-19 vem representando um dos maiores desafios sanitários mundiais deste século, causando importantes impactos para a sociedade (BARRETOS, *et al.*, 2020; FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020).

Durante a pandemia, além da crise sanitária, a necessidade do isolamento social, somada à desigualdade social, instabilidade no trabalho e renda das famílias, ocasionou a redução no acesso a alimentos e, conseqüentemente, piora na qualidade da alimentação e risco de crise alimentar no Brasil (JAIME, 2020; SOUZA *et al.*, 2021).

Desta forma, as medidas de enfrentamento à pandemia associadas às desigualdades sociais afetaram a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dos brasileiros, levando ao agravamento da insegurança alimentar e nutricional (INSAN) na população brasileira (SANTOS *et al.*, 2021).

A INSAN surge como condição resultante de restrição alimentar, sendo considerada um fenômeno complexo e multicausal que apresenta diversos fatores associados, como o gênero e a escolaridade do chefe de família, o número de residentes no domicílio, a cor da pele do indivíduo, entre

outros, e que está condicionada, predominantemente, à renda (NASCIMENTO, ANDRADE, 2010; ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CÔRREA, 2012; SANTOS *et al.*, 2018; PINHEIRO *et al.*, 2022).

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer no país. A pesquisa, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mostrou que mais da metade (58,7%) da população brasileira convivia com algum grau de insegurança alimentar e que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (REDE PENSSAN, 2022).

Mediante a relevância do tema, o objetivo deste estudo foi trazer uma reflexão sobre a insegurança alimentar e nutricional brasileira no contexto da pandemia do COVID-19, evidenciando a maior vulnerabilidade social e a fome na vida dos brasileiros, por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca do tema.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica narrativa, que segundo Cordeiro *et al.* (2007), é definida por não ter a temática bem estabelecida, e inicialmente, é realizada de forma arbitrária dando autonomia ao pesquisador e permitindo a inclusão de artigos/documentos com vies de informações.

Foi realizado um levantamento bibliográfico conduzido entre os meses de novembro de 2022 a fevereiro de 2023, por meio de busca sistematizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Pubmed/Medline, EBSCO e Google Acadêmico, além de documentos oficiais governamentais, entre os anos de 2020 e 2023.

Incluíram-se trabalhos originais e estudos de revisão de literatura, publicados em português e inglês, artigos com texto completo disponível gratuitamente para download, e trabalhos acadêmicos com informações referentes à segurança alimentar e nutricional no âmbito da pandemia do COVID-19, utilizando os descritores: Covid, coronavírus, SARS-CoV-2, insegurança alimentar, crise alimentar, fome.

Os artigos foram selecionados conjuntamente por duas pesquisadoras por meio da leitura inicial dos títulos e resumos, o que possibilitou a exclusão de trabalhos duplicados e aqueles que não se enquadravam na temática e nos critérios de elegibilidade previamente

definidos. Posteriormente, os artigos restantes foram lidos na íntegra e incluídos no estudo.

Os achados foram apresentados de forma descritiva de acordo com o objetivo do estudo, sendo apresentados dentro das temáticas: Insegurança Alimentar e Nutricional; Insegurança Alimentar e Nutricional na Pandemia do COVID-19; Estratégias para mitigar a Insegurança Alimentar e Nutricional no contexto da Pandemia do COVID-19.

RESULTADOS

Insegurança Alimentar e Nutricional

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi formalizado no Brasil pela Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 15 de setembro de 2006, a qual consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A evolução do conceito de SAN, no Brasil e no mundo, aproxima-se cada vez mais da abordagem do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, o entendimento da alimentação não é visto somente como um veículo para consumo de nutrientes, mas incorpora também questões relativas à qualidade do alimento, o direito à informação, à valorização cultural, à utilização biológica e à promoção da saúde. (RECINE; VASCONCELLOS, 2011; RAPHAELLI *et al.*, 2018).

Além disso, quando se fala em SAN, verifica-se a forma como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o DHAA a todos os cidadãos. O Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o DHAA. Portanto, o DHAA é um direito humano de todos e a garantia da SAN para a população é um dever do Estado e responsabilidade da sociedade (BURITY *et al.*, 2010).

Neste sentido, a insegurança alimentar ocorre quando um indivíduo ou um grupo de pessoas não tem acesso de forma regular e permanente a alimentos em termos quali e quantitativos, sendo apresentada, por exemplo, pelo consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos, pela fome e o excesso de peso. No presente cenário, o fenômeno da transição nutricional

da população brasileira fez com que essas situações de fome, desnutrição, deficiência de micronutrientes e excesso de peso coexistissem em um mesmo ambiente e, até mesmo, em um mesmo domicílio, associada à falta de recursos financeiros para a obtenção de alimentos (RECINE; VASCONCELLOS, 2011; RAPHAELLI, *et al.*, 2018; SOUZA *et al.*, 2021).

As famílias e indivíduos que vivem em insegurança alimentar tendem a desenvolver estratégias de enfrentamento à fome, incluindo o seguimento de dietas baseadas, por exemplo, em alimentos industrializados, especialmente os ultraprocessados, os quais apresentam, geralmente, baixo custo e pouco valor nutricional (PROENÇA *et al.*, 2021; SOUZA *et al.*, 2021).

A partir do ano de 2016, verificou-se o início do desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), principalmente por meio da redução de recursos e da cobertura de programas como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, programas de incentivo à agricultura familiar, entre outros que foram afetados, especialmente, pelo congelamento dos gastos públicos por 20 anos, aprovado em emenda constitucional. Além disso, no ano de 2020, foi extinto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que contava com a participação da sociedade civil organizada, sendo uma importante estratégia de construção das políticas de SAN (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), entre os anos de 2017-2018, revelaram que o embora os alimentos in natura ainda sejam a base da alimentação brasileira, houve um aumento significativo no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, especialmente entre os mais pobres, quando comparados aos dados da POF 2002-2003 (IBGE, 2020; PROENÇA *et al.*, 2021). Desta forma, os brasileiros de menor renda são os que mais estão propensos a consumir alimentos com maior nível de processamento e reduzir o consumo de alimentos in natura, intensificando os riscos à saúde associados e aumentando a prevalência da insegurança alimentar (PROENÇA *et al.*, 2021).

Ainda de acordo com os dados da POF 2017-2018, a prevalência de insegurança alimentar no Brasil aumentou para 36,1% sendo que entre os anos de 2012/2013 era de 22,9% (IBGE, 2020; SOUZA *et al.*, 2021). Pode-se assim dizer que cerca de 3,1 milhões de famílias passavam fome ou viviam em risco nutricional entre os anos 2017-2018, situação essa agravada pela pandemia do COVID-19, iniciada no ano de 2020 (SOUZA *et al.*, 2021).

Insegurança Alimentar e Nutricional na Pandemia do COVID-19

Durante momentos de instabilidade financeira e crises econômicas, como os enfrentados durante a pandemia do COVID-19, evidenciou-se que a segurança alimentar pode ser diretamente afetada pelo estado da economia, pois o aumento do desemprego e a diminuição da renda familiar, associada aos preços dos alimentos que tendem a aumentar de forma exponencial, leva a maior concentração da insegurança alimentar entre os mais jovens, os menos escolarizados e os que residem em domicílios com cinco moradores ou mais (WANDERLEY; ASADA, 2020; SANTOS *et al.*, 2021).

O estudo de coorte NutriNet da Universidade de São Paulo (USP), comparou a relação entre a alimentação e doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, de 10.116 indivíduos, no ano de 2020 antes e durante a pandemia do COVID-19. Os resultados revelaram o aumento modesto no consumo de frutas, legumes e verduras pela população, porém apresentou tendência de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados nas regiões economicamente menos desenvolvidas e por pessoas com menor grau de escolaridade, o que, segundo os autores, é um dado preocupante, haja vista que o consumo de alimentos ultraprocessados eleva o risco de hipertensão, diabetes e obesidade e da insegurança alimentar com um todo (STEELE *et al.*, 2020).

Assim, no contexto da pandemia COVID-19, fica evidenciado que indivíduos com renda familiar mensal insuficiente, com baixa escolaridade, pessoas jovens, mulheres chefes de família e pessoas pardas e negras foram mais atingidas pelo aumento da INSAN. Especialmente a renda familiar, agravada pelo desemprego e redução do poder aquisitivo das famílias, que influencia a escolha alimentar das pessoas, foi determinante para a INSAN, afetando principalmente aquelas pessoas que já se encontravam em vulnerabilidade social (PINHEIRO *et al.*, 2022).

Além disso, o desencadeamento da pandemia do COVID-19, trouxe prejuízos na disponibilidade de alimentos, voltados à paralisação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aquisição da agricultura familiar, fechamento de feiras livres e limitação no transporte de alimentos. Isso tudo acarretou a redução ou paralisação de renda a indivíduos vulneráveis, do menor consumo de alimentos in natura e aumento de industrializados, propiciando o surgimento de deficiências nutricionais (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Desta forma, pode-se dizer também que a insegurança alimentar está diretamente associada ao empobrecimento da população brasileira,

colocando um grande desafio ao país para além da crise sanitária (PAULA; ZIMMERMAN, 2021).

No mundo todo, o número de pessoas em insegurança alimentar vem crescendo desde 2015, sendo que as primeiras projeções estimavam que com a pandemia do COVID-19, haveria um aumento global de até 132 milhões de pessoas em subnutrição apenas no ano de 2020 (PROENÇA *et al.*, 2021). Para se ter uma ideia, no Brasil, eram cerca de 10,3 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave no ano de 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020 e em 2022, considera-se que 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer no país (REDE PENSSAN, 2021; 2022).

Isso mostra que o Brasil já vinha apresentando dados alarmantes de insegurança alimentar, mas que foi agravado pela superposição da crise econômica e sanitária, sem uma adequada política pública para minimizar esses danos. Desta forma, a insegurança alimentar e a fome retornaram a patamares próximos aos vivenciados em 2004 e o aumento do empobrecimento levaram a uma redução de 17% do poder de compra das famílias (REDE PENSSAN, 2021).

Um grande retrocesso para a SAN do país e para a garantia do DHAA, haja vista que o Brasil, em 2014, havia saído do mapa da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (FREITAS; PENA 2020). Por conta disso, amplia-se o receio que o Brasil retorne a figurar entre os países no mapa da fome (SOUZA *et al.*, 2021).

Ainda conforme os dados dos Inquéritos Nacionais de Insegurança Alimentar da Rede PENSSAN (2021; 2022), apesar de ter sido seriamente impactado pela pandemia do novo coronavírus, percebe-se que o agravamento da situação de insegurança alimentar no Brasil faz parte de um processo que já estava em andamento, devido à deterioração das condições de vida de um grande número de pessoas e do aumento das desigualdades sociais nos últimos anos no Brasil. É notório que a pandemia escancarou e agravou um problema social que já estava em curso no país, com o aumento da pobreza e maior concentração de renda entre os mais ricos.

Logo, com o colapso sanitário da pandemia do COVID-19, a segurança alimentar e nutricional de pessoas, principalmente de cunho mais vulnerável, passou a ser uma ameaça, estimando-se ainda que a fome irá aumentar em países em desenvolvimento, como o Brasil, países estes que já apresentam suas deficiências nutricionais endêmicas, mas que tendem a aumentar em consequência da crise da pandemia de COVID-19 (BICALHO; LIMA 2020; ZAGO, 2021).

Adicionalmente, a situação brasileira já vinha se agravando em virtude da extinção de políticas públicas de segurança alimentar, como por exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e uma tentativa de compra da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o que resultaria na dificuldade de aquisição de produtos da agricultura familiar (WANDERLEY; ASADA, 2020).

Associado a tudo isso, também vem sendo observado durante a pandemia, o aumento dos preços dos alimentos in natura e minimamente processados em relação, por exemplo aos ultraprocessados que apresentaram inflação menor durante o mesmo período (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020). Assim, as pessoas deixaram de seguir uma alimentação mais variada em alimentos e nutrientes, para uma alimentação pautada em alimentos baratos e ultraprocessados (PINHEIRO *et al.*, 2022).

O aumento da vulnerabilidade social também pode ser verificado na população pertencente à agricultura familiar, visto que suas condições de vida muitas vezes já eram limitadas, e vem sendo agravada no contexto da pandemia da COVID-19. Ademais, a qualidade de vida e saúde destes, e outros grupos populacionais que não possuem uma inclusão sólida na aquisição de políticas públicas, como indígenas, crianças e idosos, têm sido afetadas com a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

A UNICEF- Brasil realizou uma pesquisa nacional no ano de 2020, após o início da pandemia, sobre os “Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes”, entre os dados encontrados, vale destacar que a renda das famílias com crianças e adolescentes caiu principalmente durante a pandemia, aumentando o número de famílias que não conseguiram se alimentar adequadamente, porque a comida havia acabado e estavam sem dinheiro para comprar mais, sendo os percentuais maiores entre àqueles que apresentavam renda familiar de até um salário mínimo (UNICEF-Brasil, 2020).

Além dos setores econômicos, as escolas passaram a ser fechadas, sendo as aulas presenciais substituídas por formatos remotos, e em se tratando de escolas públicas, isso significou a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que não apenas impactou no orçamento das famílias, mas também prejudicou tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo a alimentação dos alunos, especialmente de crianças e adolescentes (AMORIM; RIBEIRO JUNIOR; BANDONI, 2020). O PNAE visa garantir o direito à alimentação escolar adequada e de qualidade para todos os

estudantes da rede pública de ensino (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020). Além de ser um programa que fomenta a renda de agricultores familiares, porém com as paralisações, tanto a garantia da SAN dos escolares, quanto os proventos dos agricultores passaram a ser dificultados (ZAGO, 2021).

Assim, a insegurança alimentar pode diminuir a variedade e a qualidade da alimentação cotidiana, principalmente com a redução no consumo de frutas e vegetais e o aumento no consumo de alimentos industrializados, podendo aumentar o risco de desnutrição infantil e a prevalência de obesidade em adultos, favorecendo também o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). As consequências associadas à insegurança alimentar podem ter impacto econômico e de saúde pública importante a médio prazo, a partir do aumento da taxa de mortalidade precoce dos grupos populacionais mais vulneráveis a essa condição (SANTOS *et al.*, 2021).

Estudo de Casal, Nunes e Silva (2021), verificou alterações nos hábitos de vida de moradores de Belo Horizonte – MG durante a pandemia do COVID-19, uma vez que os indivíduos avaliados relataram maior utilização de aplicativos para solicitar refeições, aumento da ingestão de doces e lanches calóricos e do ganho de peso corporal nesse período. Em momentos como estes, as famílias buscam estratégias de enfrentamento à fome, como a inclusão de alimentos de baixo custo e baixa qualidade nutricional, mas que sejam mais energéticos (SOUZA *et al.*, 2021).

Neste contexto, cabe destacar que o desmonte das políticas públicas, desarticulação e enfraquecimento do SISAN e extinção do CONSEA, especialmente na pandemia COVID-19, expôs a omissão do governo federal na redução e enfrentamento da INSAN no Brasil, principalmente para as pessoas mais vulneráveis (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Estratégias para mitigar a Insegurança Alimentar e Nutricional no contexto da Pandemia do COVID-19

Iniciativas da sociedade civil, durante a pandemia do COVID-19, buscaram alternativas para tornar alimentos in natura mais acessíveis às pessoas com vulnerabilidade social, as quais foram as mais afetadas pela insegurança alimentar e fome, porém é necessário a consolidação de políticas públicas que garantam o DHAA assegurado pela constituição brasileira (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

A natureza dessas iniciativas vem tanto de movimentos sociais, quanto de campanhas solidárias e de entidades com e sem fins lucrativos.

Para exemplificar, os projetos sociais Orgânico Solidário, Mutirão do Bem-Viver, Alimentos Agroecológicos para Todos e Campo Favela arrecadaram recursos financeiros para beneficiar tanto produtores rurais, quanto famílias em situação de vulnerabilidade social. A empresa privada Frexco - acabamos de colher, garantiu a logística de entrega de alimentos entre o produtor rural e o consumidor final em parceria com a Organização Não Governamental Campo Favela. Já, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizou campanhas de doação de alimentos em todo o território brasileiro (PROENÇA *et al.*, 2021).

As redes de sociabilidade desenvolvidas pela sociedade civil foram muito importantes durante a pandemia, porém essa atuação precisa, não somente de engajamento dos movimentos sociais e demais atores, mas do apoio do Estado, não eximindo a responsabilidade das diferentes esferas governamentais (NASSER *et al.*, 2021).

Quanto às iniciativas públicas, segundo Gurgel *et al.* (2020), as estratégias implementadas estavam relacionadas fundamentalmente à distribuição de alimentos e à garantia de renda mínima, como o auxílio Renda Básica Emergencial pelo governo federal; adaptação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional; auxílio financeiro emergencial pelos estados; programas de doação de alimentos por estados e municípios, além da distribuição de alimentos e de cestas básicas por estados e municípios.

Visando minimizar o impacto econômico devido ao isolamento social, a instabilidade financeira no país e a dificuldade de manter a renda de grande parte da população brasileira, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o denominado auxílio renda básica emergencial, com intuito de auxiliar mensalmente indivíduos que se enquadravam em critérios de baixa renda, sem emprego formal ou renda familiar mensal de até três salários mínimos a fim de contribuir na redução da pobreza. O valor do auxílio foi de R\$ 600,00 reais, nos cinco primeiros meses de implementação, R\$ 300,00, nos quatro meses subsequentes no ano de 2020, e R\$ 150,00 nos meses de 2021, e os valores dos salários-mínimos nestes anos eram de R\$ 1045,00 em 2020 e R\$ 1100,00 em 2021(SOUZA, *et al.*, 2021).

Em contrapartida, mesmo com o auxílio emergencial, este tem sido insuficiente, pois a fome atingiu 19 milhões de brasileiros e 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente durante a pandemia somente no ano de 2020. Levando-se em consideração os diferentes graus de insegurança alimentar, pode-se dizer que do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões foram afetados em 2020, o que corresponde a

aproximadamente 55,2% dos domicílios, localizados especialmente nas regiões norte e nordeste do país, os quais apresentaram maiores percentuais de demissões, redução e perda dos rendimentos familiares, endividamento e corte nas despesas de itens considerados essenciais, como a alimentação (REDE PENSSAN, 2021).

Com intuito de minimizar os impactos da interrupção ou a precarização do acesso à alimentação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) permitiu que os recursos repassados pudessem ser utilizados para compra e distribuição alimentar às famílias de alunos, delimitando que fosse mantido o percentual de compra de produtos oriundos da agricultura familiar, além da elaboração de kits alimentícios e sua dispensação à comunidade (ZAGO, 2021). Contudo, esta medida enfrentou muitos desafios para conseguir garantir a SAN de crianças e adolescentes durante a pandemia, desde a dificuldade de logística de entrega dos kits à falta de alimentos a serem ofertados a todos os matriculados na rede pública de ensino (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020).

O fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) durante a pandemia do COVID-19, o qual foi idealizado para garantir a SAN, visou à compra de alimentos da agricultura familiar brasileira e sua doação simultânea a entidades, organizações e população (GURGEL *et al.*, 2020).

Referente à distribuição de alimentos nos estados e municípios, como estratégias para o enfrentamento da INSAN, Gurgel e colaboradores (2020) citam a distribuição de refeições subsidiadas por restaurantes populares e cozinhas comunitárias e o fornecimento direto de cestas básicas, ou ainda por meio de cartão alimentação.

A distribuição de alimentos durante a pandemia foi recomendada globalmente, visando manter o acesso à comida em quantidade e qualidade durante esse período, além do fortalecimento de políticas públicas de alimentação e programas de proteção social (GURGEL *et al.*, 2020).

No estado do Rio Grande do Norte, Araújo e Calazans (2020) verificaram que, durante a pandemia do COVID-19, houve a adaptação e fortalecimento do programa Restaurante Popular, para garantir alimentação de qualidade para aproximadamente 42 mil pessoas, principalmente para as que se encontravam em maior vulnerabilidade social, como os moradores de rua. Para tal, foram mantidos abertos os restaurantes populares do estado, adaptando-se a forma de distribuição para marmitas, modificando os cardápios e reforçando as medidas de higiene e boas práticas de manipulação de alimentos.

Estudo conduzido na Bahia, por Santana e colaboradores (2022), verificou as estratégias públicas municipais adotadas no estado baiano no enfrentamento à pandemia do COVID-19, sendo as principais ações a distribuição de alimentos ou cartão alimentação a alunos matriculados nas escolas e a distribuição de cestas básicas às famílias mais afetadas, porém as autoras destacaram a baixa cobertura das estratégias, evidenciando a falha na proteção social, especialmente das populações mais vulneráveis, por meio de ações governamentais.

Da mesma forma, Gurgel e colaboradores (2020) também identificaram que as estratégias governamentais adotadas no Brasil foram insuficientes para evitar a INSAN e garantir o DHAA durante a pandemia, até porque estas mesmas medidas já se apresentavam ameaçadas mesmo antes da pandemia, não assegurando o pleno acesso à alimentação saudável e adequada, especialmente às famílias em vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados sugerem que a crise sanitária relacionada à pandemia do COVID-19 agravou e explicitou a situação de miséria, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil, principalmente para as pessoas que vivem em vulnerabilidade social, sendo a INSAN associada a diferentes fatores que antecedem a pandemia, mas principalmente relacionadas à crise política e econômica, além do desmonte e enfraquecimento de programas e políticas públicas voltadas para a garantia do direito DHAA e SAN no país.

Além disso, com o menor poder aquisitivo das famílias brasileiras e aumento do desemprego, verificou-se uma tendência de aumento significativo no consumo de alimentos ultraprocessados, os quais apresentam menor valor nutricional e estão associados às doenças crônicas não transmissíveis, contribuindo também para a INSAN da população brasileira.

Estratégias para mitigar a INSAN no Brasil partiram tanto da sociedade civil, quanto dos governos nas diferentes esferas governamentais, porém percebe-se que estas iniciativas não foram suficientes no combate à fome e INSAN, não assegurando o DHAA, haja vista que o número de pessoas que vivem em INSAN no país aumentou exponencialmente.

Logo, faz-se necessário priorizar a agenda de SAN no Brasil, por meio do fortalecimento e expansão de programas e políticas públicas não somente em momentos como os vivenciados na pandemia do COVID-19, mas em toda a gestão pública, independente dos grupos políticos que

estejam no poder, garantindo assim o direito constitucional à alimentação adequada e promovendo a segurança alimentar e nutricional no país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B. D., RIBEIRO, J. R. S., BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

ANSCHAU, F.R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, v.25, n.2, p. 177-189, 2012.

ARAUJO, F.R.; CALAZANS, D.L.M.S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v.54, n.4, p.1123-1133, 2020.

BARRETO, M.L. *et al.* O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.23, e200032, 2020.

BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação durante a pandemia da COVID 19. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 52076, 2020.

BRASIL. Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BURITY, V. *et al.* **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CAZAL, M.M.; NUNES, D.P.; SILVA, S.T. Hábitos de vida durante a pandemia da COVID-19: repercussões no peso corporal e nos níveis de ansiedade. **Scientia Medica**, v.31, n.1, e41053, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.41053>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CORDEIRO, A.M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v.34, n.6, p.428-431, 2007.

FREITAS, A.R.R.; NAPIMOGA, M.; DONALISIO, M.R. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.29, e2020119, 2020.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GURGEL, A.M. *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.12, p.4945-4956, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

JAIME, P.C. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.7, p.2504, 2020.

NASCIMENTO, A.L.; ANDRADE, S.L.L.S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Ciência e Cultura**, v.62, n.4, p.34-38, 2010.

NASSER, M.A. *et al.* Vulnerabilidade e resposta social à pandemia de Covid-19 em territórios metropolitanos de São Paulo e da Baixada Santista, SP. Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v.25, supl. 1, e210125, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210125>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PAULA, N.M.; ZIMMERMAN, S.A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia COVID-19 no Brasil. **Revista NECAT**, v.10, n.19, p.55-66, 2021.

PINHEIRO, A.S. *et al.* Insegurança alimentar em tempos de Pandemia do Covid-19 no Brasil: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e28411931809, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31809>. Acesso em: 26 fev. 2023.

PROENÇA, R.P.C. *et al.* Cenário e perspectivas do sistema alimentar brasileiro frente à pandemia de Covid-19. **Demetra**, v.16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.55953>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RAPHAELLI, C.O. *et al.* Prevalência de insegurança e consumo alimentar em famílias do programa de aquisição de alimentos. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v.39, n.2, p.161-170, 2018.

REDE PENSSAN. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: II** Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RECINE, E.; VASCONCELLOS, A.B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, .v.16, n.1, p.73-79, 2011.

RIBEIRO-SILVA, R. C.*et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, p. 3421-3430, 2020.

SANTANA, J.M. *et al.* Enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional em municípios baianos no contexto da pandemia da Covid-19. **Demetra**, v.17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2022.61924>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SANTOS, L.P. *et al.* Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37, n.5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, T.G. *et al.* Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v.34, n.4, e00066917, 2018.

SILVA FILHO, O. J.; GOMES JÚNIOR, N.N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00095220>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOUZA, B. F.N. *et al.* (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>. Acesso em: 25 set. 2023.

STEELE, E.M. *et al.* Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. **Revista de Saúde Pública**, v.54, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002950>. Acesso em: 25 set. 2023.

UNICEF-Brasil. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes**: Relatório de análise 1ª Onda. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-COVID-19-em-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 24 fev. 2023.

WANDERLEY, B. E. B.; ASADA, N. F. Os impactos da COVID 19 na perspectiva da segurança alimentar. **Revista Pegada**, v. 21, n.2, p.359-375, 2020.

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar Nutricional**, v.28, p. 1-14, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661900>. Acesso em: 24 fev. 2023.